

D. Maria Pia de Saboia nas relações entre Portugal e Itália (1862-1910)

Nunziatella Alessandrini*¹

Resumo: Tendo em conta as novas abordagens que abriram e quebraram os alicerces da área da história diplomática na sua vertente mais técnica, tornando-a mais interdisciplinar nas suas abordagens e contemplando os âmbitos da história política, cultural, económica, é nosso propósito analisar, com base em fontes inéditas, a função diplomática desenvolvida pela princesa Maria Pia de Saboia, Rainha de Portugal, não apenas nas relações entre Portugal e Piemonte, mas nas relações entre Portugal e Itália. Esta abordagem só pode ser entendida e esclarecida se conhecermos o processo e a história da fundação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, da Nação Italiana, cujo arquivo guarda a documentação de cinco séculos de presença italiana em Lisboa.

Palavras-chave: Maria Pia de Saboia, Relações Portugal-Itália, Igreja de Nossa Senhora do Loreto

Introdução

A quantidade e qualidade de estudos no âmbito das práticas diplomáticas dos últimos anos fez com que uma matéria que se achava restringida a um grupo limitado de investigadores cujo objetivo era a história diplomática na sua vertente mais técnica, se alargasse para uma reflexão em que os protagonistas podiam ter características variadas e papéis diversos. As novas abordagens deram um novo fôlego a esta área de estudos tornando-a mais interdisciplinar,

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa. nunziatellaa@fcs.unl.pt

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória –DL 57/2016/CP1453/CT0009.

contemplando os âmbitos da história política, cultural, económica. Assiste-se, de facto, à criação de um panorama de investigação mais rico e abrangente, com um consequente diálogo mais proveitoso com outras áreas de pesquisa.

Assim, também se ampliou o leque de personagens cujo papel foi determinante para a obtenção de resultados no âmbito das relações diplomáticas.

A historiografia recente apresenta contributos esclarecedores, por exemplo, sobre o papel dos cônsules que, trabalhando ao lado dos embaixadores, operavam de modo que as relações diplomáticas e comerciais com o país de origem mantivessem uma comunicação constante.

O caso das relações entre Portugal e Itália, alvo da minha investigação enquanto historiadora e objeto do presente contributo, é esclarecedor nesse sentido: por um lado, a fragmentação política da península italiana até 1861 num conjunto de territórios compostos por ducados (Milão, Saboia, Urbino, Modena e Ferrara), repúblicas (Génova, Florença, Veneza, Luca, Siena), reinos (Nápoles, Sicília e Sardenha) e os estados da Igreja, dificultara a instalação de embaixadas representativas de cada território em Lisboa. Assim, os vários embaixadores das diferentes cidades-estado italianas residiam em Castela, sendo que, por vezes, era nomeado, ou escolhido entre os mercadores italianos mais afamados de Lisboa, um cônsul, cujo objetivo era o de salvaguardar os direitos comerciais, e não só, da comunidade a que pertencia. Sobre a complexidade da figura do cônsul e das suas prerrogativas não cabe agora aqui discutir, mas apenas salientar a importância destes “diplomáticos” e do trabalho deles, por vezes gratuito, em prol da comunidade.

Por outro lado, é interessante notar como os “Italianos” que vieram para Portugal oriundos das diversas cidades estado da península Italiana, perderam, ao longo da sua estadia em terra portuguesa, o carácter divisório próprio da sua

origem, criando, no Reino de Portugal, uma nova realidade em que as divergências políticas locais deixaram lugar a uma identidade linguística, cultural e religiosa. Esta realidade manifesta-se com clareza aquando da edificação do templo dos Italianos em Lisboa devoto ao culto de Nossa Senhora do Loreto, em 1518. Uma espécie de Embaixada que, como já foi adiantado, não existia em Lisboa. E mais, uma “Embaixada” que rapidamente se tornou polo aglutinador da *Nação Italiana*, indiferente à proveniência dos seus membros. Pode-se afirmar sem parecermos ousados demais, que a união de Itália ocorreu no estrangeiro, nomeadamente em Portugal, séculos antes do ano de 1861, em 1518: pela primeira vez, menciona-se, na documentação relativa à fundação da Igreja do Loreto e que se encontra no arquivo da mesma igreja, uma *Nação Italiana*, o que implica a consciência, entre os *Italianos* fora da Península Italiana, de se sentirem parte dum mesmo grupo, embora ainda fossem apelidados por *genoveses, milaneses, prazentinos, florentinos, sicilianos, etc.*

Integravam a comunidade italiana em Lisboa os cônsules, os secretários, os agentes diplomáticos em geral que eram enviados em ocasião de eventos especiais. Tratava-se de figuras que gravitavam na esfera da atividade diplomática, sendo que entre eles nenhuma mulher era contemplada.

No entanto, as mulheres da aristocracia desenvolveram uma importante função diplomática através das relações matrimoniais. O casamento dava-lhes a possibilidade de se tornarem num vetor diplomático a todos os efeitos nas relações entre Estados. Esta função podia ser desenvolvida com maior ou menor capacidade ou relevância, mas não podia ser ignorada.

À luz destas breves considerações, irei analisar a função diplomática desenvolvida pela jovem princesa Maria Pia de Saboia, Rainha de Portugal, não apenas nas relações entre Portugal e Piemonte, mas entre Portugal e Itália. Esta abordagem só pode ser entendida e esclarecida se conhecermos o processo e a

história da fundação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, da *Nação Italiana*, cujo arquivo guarda a documentação de cinco séculos de presença italiana em Lisboa.

A Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa. Breves notas.

Apesar de não conhecermos os nomes dos “Italianos” que, no início do século XVI, decidiram que a comunidade italiana em Lisboa devia ter um sítio onde se reunir, falar a própria língua, tratar dos seus negócios e partilhar a sua devoção a um culto comum, podemos, contudo, conjecturar, com uma dose de erro mínima, que a ideia tivesse surgido dentro do grupo dos ricos homens de negócio ativos na capital portuguesa do início do século XVI. Preponderante era a presença de florentinos, mas não despreciando era o número de genoveses, milaneses, cremoneses, prazentinos, entre outros. Assim, o ano de 1518 foi, sem qualquer dúvida, uma data significativa para a comunidade italiana em Lisboa que, para além de homens de negócio, incluía navegadores, artistas, diplomatas, religiosos, aventureiros e viajantes diversos. No entanto, foram os homens de negócios da *Nação Italiana* que, devido ao considerável aumento dos negócios e das práticas mercantis e financeiras, viram amplificados os conflitos com os naturais do Reino, fortalecendo assim a urgência de se organizarem num espaço próprio para tratarem dos seus negócios mantendo firme a sua independência. Assim, compraram um terreno fora da muralha fernandina, na parte ocidental da capital portuguesa, que doaram a S. João em Latrão e pediram o privilégio de poder construir uma igreja devota ao culto de Nossa Senhora do Loreto (Filippi, 2014; Alessandrini e Bartolomei, 2018). Ficava, deste modo, a Igreja dos Italianos, fora da jurisdição portuguesa e diretamente dependente da Santa Sé. Não sabemos a data certa da compra do terreno que “*estava (...) entre o muro*

da cidade e a barreira, salendo das portas de S. Catherina para aquelas do Norte, desde a primeira torre que está acerca da dita Porta, athe a segunda”;² mas podemos calcular que fosse o ano de 1517.

A 8 de setembro de 1518, os canónicos de S. João em Lutrão deram parecer positivo e a edificação do templo italiano em Lisboa teve início, sendo que o dinheiro empregue para as despesas da construção provinha exclusivamente dos ganhos da atividade comercial ou das doações.

A igreja do Loreto abriu as portas pela primeira vez a 8 de janeiro de 1522, sob o reinado de D. João III que concedeu a utilização da antiga muralha da cidade. A organização da Igreja contava com a presença de uma Junta Administrativa constituída por um Provedor, um Mordomo, um Tesoureiro, um Secretário, escolhidos através de eleições entre os homens mais bem-sucedidos da comunidade.

A regulamentação da administração era estabelecida por estatutos através dos quais se garantia a regularidade das eleições e se definiam as características de cada cargo. Ao longo dos séculos, a Junta da Igreja organizou e cuidou da documentação que a comunidade italiana ia produzindo e, não obstante alguma calamidade, nomeadamente os dois incêndios que prejudicaram gravemente a igreja do Loreto – o primeiro ocorrido em 1651 e o segundo em 1755 – o arquivo manteve o seu papel de memória do percurso da comunidade italiana em Lisboa.³

² Archivio Nostra Signora di Loreto (ANSL), Caixa III, doc. 12

³ Em 2014, um projeto coordenado por quem escreve obteve apoio financeiro pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do concurso Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais que permitiu organizar um inventário e digitalizar os documentos mais antigos e em mau estado de conservação. <http://www.fcsh.unl.pt/arquivoloreto/default.html>

Na passagem do século XVII para o XVIII, tendo em conta a política de D. João V que mandou vir de Itália músicos, escultores, pintores, cantores, e artesãos diversos – muitos deles empregados nas obras e na decoração da Basílica de Mafra – a comunidade italiana engrossara-se notavelmente ao ponto de passar dos 44 indivíduos em 1691 para os 126 em 1719 e os 570 em 1778. Estes dados podem não expressar o número certo de todos os italianos residentes em Lisboa, mas são significativos, uma vez que constavam dum catálogo que reunia os nomes da Confraria do Loreto na qual cabiam todos os italianos em Lisboa.⁴

Segundo a documentação dos *Róis dos Confessados* onde se registavam os nomes dos italianos que se apresentaram para satisfazer ao preceito pascal da Comunhão, no ano de 1862 contam-se 219 indivíduos, sendo alguns membros da mesma família. Dentro deste grupo podemos individuar 138 genoveses, 22 romanos, 18 lombardos, 14 toscanos, 12 de Nápoles, 4 de Bologna, 4 de Parma, 3 da Sardenha, 2 de Ragusa, 1 do Piemonte e 1 de Palermo.

No que diz respeito à disposição da documentação do arquivo do Loreto (Alessandrini, 2016), essa ficou mais ou menos a mesma desde o início, aumentando conforme o passar dos anos. Documentos avulsos divididos por assuntos, recolhidos em caixas de madeira e maços de papelão; cerca de 300 livros entre os quais sobressaem os *Livros das Actas das sessões da Junta*, importantes para acompanhar a vida da Confraria, para conhecer os nomes dos italianos em Lisboa e contextualizá-los no seio da comunidade italiana. Pela mesma razão, mas com a possibilidade de múltiplas abordagens, são de assinalar os registos paroquiais entre os quais merecem uma menção especial os volumes

⁴ ANSL, Benedetto Gnecco, *Relazione della differenza che passa fra due copie di statuti una dell'anno 1691, e l'altra dell'anno 1719, de quali mancano li originali essendo gli ultimi quelli co' quali pretende reggersi la Chiesa.*

dos *Rol dos Confessados*. As potencialidades da documentação do arquivo do Loreto vão muito para além desta breve apresentação, tendo em conta que reúne cinco séculos de história italiana em Portugal.

Maria Pia, a princesa de Saboia que se tornou Rainha de Portugal

Os contributos que se debruçam sobre a figura de D. Maria Pia de Saboia, Rainha de Portugal, com o objetivo de traçar o percurso vivencial da princesa da casa Saboia não são numerosos. A historiadora Maria Antónia Lopes (2013), cujo trabalho de investigação sobre D. Maria Pia seguimos de perto, pergunta-se: “Como explicar este apagamento de D. Maria Pia da memória coletiva portuguesa se em 1910, ao partir para o exílio, vivia em Portugal há quarenta e oito anos enquanto D. Amélia “apenas” há vinte e quatro?” (Lopes, 2013, p. 99). As respostas da historiadora, por um lado, mexem em assuntos que dizem respeito às fações políticas que se tinham criado na corte nos finais da monarquia e que contribuíram para que a imagem de D. Maria Pia saísse repleta de contradições; por outro lado, com o fim da monarquia, a figura feminina que ressaltava e sobre a qual se debruçava a atenção dos monárquicos, era a de D. Amélia, última rainha, “deixando D. Maria Pia na sombra” (Lopes, 2013, p. 100).

Durante os quarenta e oito anos da sua permanência em Portugal, a rainha D. Maria Pia despertou críticas e ressentimentos principalmente através da pena dos biógrafos de D. Amélia. Certo é que a jovem rainha Maria Pia quando chegou a Lisboa em 1862 era uma adolescente com tudo aquilo que isso implica, quer do ponto de vista físico, quer emotivo. Era uma jovem que tinha perdido a mãe ainda muito nova e que se tinha tornado na princesa da casa, com os irmãos e o pai que a adoravam. Era uma jovem que deixava a sua casa para

casar com um homem que nunca tinha visto e estava prestes a mudar-se para viver num país que também nunca tinha visitado. Era muito nova também para ter filhos, questão que preocupava o pai Vittorio Emanuele II, mas, no entanto, a sua índole forte e corajosa veio logo ao de cima, e a transformação numa senhora elegante e de classe não demorou muito tempo.

Autores coevos, entre os quais podemos mencionar Maria Rattazzi, Fialho de Almeida, Vital Ferreira Fontes, que vivenciaram em primeira pessoa a presença da rainha sabáuda em Lisboa referem, como é óbvio, as suas impressões, derivantes quer das diferentes visões políticas, quer dos preconceitos e das simpatias que a rainha despertava. A atitude da rainha italiana podia, por exemplo, gerar simpatia e ternura devido à sua jovem idade – uma jovem de apenas 15 anos – sendo que, ao mesmo tempo, podia gerar algum sentimento de revolta para quem visse na sua presença uma ameaça para Portugal.

O catálogo publicado pelo Palácio Nacional de Ajuda em 1987 recolhe fotografias da jovem Maria Pia desde os seus 10 anos, em 1857, até quando se tornou esposa de D. Luís em 1862. Nota-se a expressão determinada e, ao mesmo tempo, doce, da jovem (Louro, 1987).

Descrições coevas de D. Maria Pia retratam-na como sendo uma mulher elegante, encantadora, inteligente, refinada, embora não detentora de uma beleza canónica, por vezes solitária, mas com um carácter firme e orgulhoso. Durante a estadia da princesa Maria Letizia Studolmina Wyse Rattazzi em Lisboa, de 1876 a 1879, D. Maria Pia apresentava-se como uma mulher “Naturalmente distinta, bem que um pouco caprichosa, encanta todas as pessoas que merecem o singular favor de querer a rainha agradar-lhes. Sem que se lhe possa chamar formosa, há na linha ondulante do seu corpo traços prestigiosos de uma beleza incontestável. (...) Poucas festas, poucos bailes, exceptuando o

carnaval; raras reuniões, a não ser as recepções das quintas feiras” (Rattazzi, 1997, p. 86). Era sublinhado o facto de privar apenas com as suas duas damas de casa, casadas, respetivamente, com o cirurgião–mor do exército Guilherme José Enes, e com o poeta espanhol, Breton y Vedra (Rattazzi, 1997, p. 87).

Em 1889, já D. Maria Pia estava em Portugal há 27 anos, Fialho de Almeida (1857-1911) escreve “Poucos monarchas da Europa haverão tido companheira mais inteligente, associada mais habil, e comediante mais finamente senhora da marcação thronica, e da *mise-en scène* dynastica. (...) Quantas vezes, o animo do rei, ao ir humilhar-se e transigir perante a ameaça d’uma conspiração politica, ou d’um violento ataque dos jornaes, encontrou a seu lado essa varonil figura a ordenar-lhe energia, e a sustentar ella só as prerrogativas da coroa enxovalhada? (...) Maria Pia ensinou o marido a ser rei.” (Almeida, 1922, p. 149-151).

Sensivelmente da mesma altura, é a descrição de Vital Ferreira Fontes (1861-1954), o qual entrou ao serviço da Casa Real portuguesa em 1886 onde ficou durante 50 anos, assistindo à queda da Monarquia e à implantação da República e permanecendo ao serviço do novo regime até 1931. Nessa altura, a rainha Maria Pia já tinha consciência da vida amorosa extraconjugal do marido, “A Sr.a D. Maria Pia dizia que ele era um pouco doido, aludindo a certas aventuras de amor. Valeram os príncipes para consolar a rainha, que só por eles foi esquecendo a sua Itália e a família de lá, substituindo-a pela de aqui, pelo marido e pelos filhos” (Fontes, 2018, p. 20). O carácter forte, sublinhado por Fialho de Almeida, está confirmado nas palavras do servidor Fontes, contando que a Sr.a D. Maria Pia acompanhava por vezes o marido na caça com “uma espingarda feita em Toledo e que lhe fora oferecida por seu irmão Amadeu, quando rei de Espanha” (Fontes, 2018, p. 20).

Ao lembrar-se das visitas régias e festas reais ainda em vida de D. Luís, Fontes refere que Maria Pia igualava a rainha Maria Cristina, segunda esposa de Afonso XII (1857-1885), que visitaram Portugal em 1882, “em majestade real, nos sacrifícios de esposa e nos méritos de mãe” (Fontes, 2018, p. 24).

Embora criticada por gastos excessivo em vestidos, D. Maria Pia suscitava, no entanto, apreço pela sua elegância inata: “era rainha até com fatos simples. E deixava os vestidos como novos porque sabia andar e sentar-se, sem os amarrotar, e porque – isto diziam as damas – não suava, e a roupa não tinha uma ruga, e ficava sempre cheirando a lavado” (Fontes, 2018, p. 29).

Voltando à obra de Maria Antónia Lopes, podemos considerá-la uma das poucas investigações assentes em fontes históricas, levantadas em arquivos e bibliotecas italianos e portugueses. Dentro desta documentação reparámos na ausência de qualquer referência à documentação que existe no Arquivo Histórico da Igreja do Loreto da Nação Italiana em Lisboa. É nesse sentido, que aqui se quer acrescentar uma leitura da atitude da rainha sabáudia, desta vez na sua relação com a comunidade italiana.

D. Maria Pia e a comunidade italiana em Lisboa

Como já adiantámos, a comunidade “italiana” em Lisboa tinha, desde 1518, como polo aglutinador a igreja de Nossa Senhora do Loreto, administrada por uma Junta que se reunia regularmente para resolver questões ligadas ao bom andamento da administração da igreja. No entanto, durante alguns anos, de 1853 até 1863, não houve qualquer sessão da Junta. Foram anos conturbados por diversas vicissitudes, incluindo uma epidemia de febre amarela que deflagrou em Lisboa em 1857 e que se abateu com bastante violência também entre os membros da comunidade italiana. Mais, em fevereiro de 1862 faleceu o

pároco do Loreto, Don Pacifico Bartozzi e a Junta teve de proceder à nomeação doutro pároco, que, segundo os estatutos, devia ser italiano. A última revisão dos estatutos remontava ao ano de 1719, e era manifesto que já não estavam atualizados. Assim, procedeu-se a congregar a confraria do Loreto para proceder à nomeação do pároco. Era, no entanto, preciso nomear também os Oficiais da Mesa do Loreto – longo foi o tempo passado sem ter havido sessões – e os doze votantes que, uma vez retomado o regular andamento das sessões, deviam de ano em ano proceder à eleição dos Oficiais da Mesa. Assim, a 8 de setembro de 1863, foi convocada a colónia italiana para o efeito. Dentro dos doze votantes eleitos, estava o Sr. Giovanni Pietro Bianchi que, veremos, dará o seu contributo na homenagem a D. Maria Pia. Pelo facto de não ter havido reuniões da Junta de 1853 até 1863, não temos notícias da chegada de D. Maria Pia a Lisboa, a 6 de outubro de 1862, mas sabemos que teve um impacto importante no seio da comunidade italiana. De facto, na recolha de elogios para o casamento real, *Coroa Poética no consorcio de Suas Magestades Fidelíssimas O Senhor Rei D. Luiz e a Senhora Raynha Dona Maria de Saboya*, publicado em 1862 pela Sociedade Typhografica Franco-Portuguesa,⁵ participou, entre outros autores, um italiano, de seu nome J. P. Bianchi. Podemos identificar o Sr. Bianchi com Giovanni Pietro Bianchi, que, como já vimos, estava bem introduzido no seio dos importantes italianos que frequentavam a igreja do Loreto. Bianchi dedica ao real casamento um poema em 10 cantos intitulado *Savoja e Braganza* (pp. 70-81) e *Frammenti d'una cantata* (pp. 103-108). Giovanni

⁵ Os contributos foram de: L.A. Rebello da Silva, Antonio Feliciano de Castilho, Camillo Castello Branco, E.A. Vidal, Eugenio Asqebino, Cav. Gaetano Frascarelli, Jacinto Augusto de Santanna e Vasconcellos, J.P. Bianchi, José Ramos Coelho, J. da S. Mendes Leal, M. Pinheiro Chagas, Thomaz Ribeiro, Luis Breton y Vedra.

Pietro Bianchi participou também na sessão da Junta de setembro de 1864 e na de 2 de outubro de 1864.

O contributo de Bianchi contemplou também o contacto com aquele que será o pároco que irá substituir o falecido Bartozzi. Bianchi, de facto, passou algum tempo em Génova onde privava com Prospero Peragallo, “Sacerdote di esemplare virtù e talento”⁶, que irá chegar a Lisboa a 9 de agosto de 1865, ficando na capital portuguesa e no Loreto até julho de 1896 (Filippi, 2016). Como se pode averiguar, os trinta anos da permanência de Peragallo em Lisboa coincidem com parte dos anos da estada de D. Maria Pia, anos repletos de acontecimentos que, frequentemente, foram acompanhados pela igreja do Loreto. Peragallo foi um suporte importante no percurso lisboeta de D. Maria Pia, pelo facto de ser, por um lado, um excelente homem de letras, investigador incansável e ponto de referência da comunidade italiana em Lisboa e, por outro lado, por gozar da estima dos mais conhecidos e apreciados literatos portugueses da altura, com alguns dos quais inclusive manteve relações de amizade.

Três anos depois da vinda de Peragallo, em 1868, outro italiano, desta feita originário de La Spezia na Ligúria, foi enviado como Ministro Real, Filippo Oldoini (Filippi, 2016, pp.153-157). Juntamente com Peragallo, Oldoini será uma presença fundamental nas relações de D. Maria Pia com os italianos em Lisboa. Depois de variadas missões diplomáticas em diferentes cidades europeias, Oldoini ficou em Lisboa durante vinte anos, até 1888, com uma pequena interrupção em 1870 devido a um facto que iremos abordar em breve. No ano da sua chegada a Lisboa, sempre seguindo os *Róis dos Confessados*, o número dos membros da comunidade italiana que frequentava a igreja do

⁶ ANSL, Masso 27, n. 16

Loreto contava 151 pessoas. Casado com Isabella Lamporecchi, Filippo Oldoini participou em todas as reuniões da Junta do Loreto até 1887. Muito ativo e presente dentro da comunidade italiana, o marquês Oldoini fortaleceu a sua ligação com Portugal, terra que muito amava, após o falecimento da esposa Isabella, em 9 de março de 1872 em La Spezia. A 29 de Novembro 1877 contraiu, de facto, segundo casamento com Carlota Amélia Maria de Morães Sarmento, filha de Padro João de Morães Sarmento, 2º Barão de Torre de Moncorvo e viúva de Simão das Chagas de Amaral, “*Uma encantadora viuva, pertencente a uma das melhores famílias do país*” (Rattazzi 1997, p. 87). Prospero Peragallo, reverendo cura da igreja do Loreto, celebrou o casamento que teve lugar na capela do palácio da Legacia Real sito na freguesia da Pena da capital,⁷ e a rainha D. Maria Pia “*si degnò di assumere le parti di Madrina secondo gli usi portoghesi*”.⁸ As relações entre D. Maria Pia e Filippo Oldoini eram de profunda amizade: o ministro acompanhou a rainha na viagem para Baden em 1869 e, na noite de 18 de maio de 1870, a rainha depara-se com a revolta militar do duque de Saldanha conhecida pelo nome de “Saldanhada”. Uma série de circunstâncias levou à intervenção da Rainha face ao comportamento do duque de Saldanha que provocou a saída de Oldoini de Portugal, tendo este criticado a ação de Saldanha. Tratava-se de um evento que prejudicava as relações diplomáticas e D. Maria Pia interveio a favor de Oldoini através de uma longa carta ao pai, na qual defendia e justificava o ministro, pedindo que fosse mandado de volta para Portugal. As palavras de D. Maria Pia ao pai revelam que a presença de Oldoini no Palácio de Ajuda era frequente (Lopes, 2013). Filippo Oldoini estava

⁷ ANSL, masso 32, fasc.2

⁸ ANSL, Livro dos Casamentos, pp. 68-69

presente também nos períodos de vilegiatura, em Sintra ou Queluz no verão; em Mafra ou Vila Viçosa no outono e inverno para caçar (Lopes, 2013).

Na sessão da reunião da Junta de 14 de janeiro de 1872, estando presentes, para além dos oficiais da mesa do Loreto e dos votantes, Prospero Peragallo e o ministro marquês Oldoini, este último fez uma intervenção a favor da instituição de uma *Società Italiana di Beneficenza*, sendo que a proposta, após votação, foi aceite por unanimidade. A rainha D. Maria Pia apoiou a constituição da dita *Società Italiana di Beneficenza*, e recebeu, no Palácio de Ajuda, uma delegação a 21 de março de 1873 apresentada pelo Ministro de Itália, o marquês Oldoini.⁹

Ainda em 1873, a 8 de outubro, Prospero Peragallo celebrou um agradecimento a Deus com um *Te Deum* por ter poupado do afogamento a rainha Maria Pia e os dois filhos perto da Boca do Inferno em Cascais.¹⁰

Em novembro do mesmo ano, o *Te Deum* no Loreto serviu de agradecimento pelo perigo de que o rei Umberto I, irmão de D. Maria Pia, foi vítima a 17 de novembro quando, em Nápoles, um tal Giovanni Passanate o atacou com uma faca com a intenção de o matar (Filippi, 2016).

A confiança para com os seus conterrâneos era visível também no que dizia respeito a relações mais delicadas, ligadas à saúde, dela e da sua família. O médico de confiança de D. Maria Pia era Artur Ravara (1848-1893), vindo de Aveiro e estabelecido em Lisboa desde 1878 e descendente da afamada família Ravara, de Génova, estabelecida em Lisboa pelo menos desde 1672 na pessoa do marquês Pietro Francesco Ravara que teve um papel de relevo na Junta Administrativa do Loreto, tendo ocupado o lugar de escrivão, mordomo e

⁹ ANSL, Masso 26, fasc. 9

¹⁰ ANSL, Dos.2, fasc.1, doc. 958

provedor da Mesa do Loreto. Filho do capitão Baltazar Ravara e de Jerónima Gheri, Pietro Francesco vai para Lisboa ter com os tios maternos, os ricos e bem conhecidos irmãos Gheri, Jerónimo, César e Tomás que viviam em Lisboa (Alessandrini 2015, 275-298). Pietro Francesco casou em Lisboa, em 1660, com Anna Maria Guido, filha de Hipólito Guido, genovês, médico do Hospital de Todos os Santos, no Rossio, onde Ravara viveu durante 45 anos, exercendo atividade comercial e financeira e tornando-se num homem riquíssimo. Na altura da sua morte, em 1717, não tendo tido filhos, instituiu herdeiro dos seus bens em Portugal o sobrinho Jacome Filipe Ravara, filho de seu irmão José. A história desta afamada família genovesa em Lisboa está ainda por ser feita, embora exista um texto de autoria de António Pinto Ravara que nos deixa pistas de investigação esclarecedoras (Ravara, 1994).

A presença em Lisboa de Artur Ravara terá sido requerida por D. Maria Pia após aconselhamento com a comunidade de Loreto? O médico-cirurgião Ravara esteve, de facto, sempre ao lado da rainha nos momentos mais críticos, transparecendo a tranquilidade que a sua presença lhe transmitia. Mais tarde, em 1886, o rei D. Luís instituiu, por decreto Régio de 28 de janeiro, a formação de enfermeiros do Hospital de S. José sob a direção de Artur Ravara.

O sentimento de amor e carinho de D. Maria Pia para com a família de origem é conhecido através da correspondência que manteve com o pai e os irmãos. Um conjunto de cartas autógrafas, tratando de assuntos pessoais, presentes na Biblioteca Nacional de Lisboa,¹¹ atestam a estreita relação com o irmão Amedeo; a última carta é datada de 5 de janeiro de 1890, 13 dias antes do falecimento de Amedeo com apenas 44 anos de idade. Este acontecimento mexeu profundamente no coração da rainha. Na igreja do Loreto, a 25 de janeiro

¹¹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Caixa 28, maço 1, docs. 6-

de 1890, foi celebrada missa por Prospero Peragallo pela alma de Amedeo de Saboia.¹²

Atenta aos acontecimentos nos quais a Itália estava envolvida, D. Maria Pia participava nas funções religiosas do Loreto sempre que o caso o pedisse. Assim, a 20 de abril de 1896 participou, acompanhada pelo representante do rei, na celebração que teve lugar no Loreto para os caídos na batalha de Aduá do 1º de março.¹³ Mais, a rainha esteve presente no Loreto a 5 de maio de 1897 agradecendo que o grave assalto ocorrido a 25 de Abril não tinha vitimado o irmão Umberto I:

La sacra funzione fu oltremodo solenne ed imponente assistendo alla stessa S. E.a la Regina Maria Pia, un rappresentante di S. Ec.a il Re di Portogallo, u Ministro portoghese e l'intero Corpo Diplomatico accreditato presso questa Corte. La nostra colonia era al completo e numeroso assai il ceto operaio che sacrificando una mezza giornata di lavoro non vollero mancare di rendere omaggio alla nostra Dinastia e alla Patria.¹⁴

A 4 de março de 1900 a rainha voltou ao Loreto em visita oficial, acompanhada pelo filho S.A.R. Dom Afonso, para comemorar a festa do Beato Umberto de Saboia do século XIII, beatificado por Gregório XVI. A rainha foi recebida à entrada da igreja pelo Ministro de Itália e pelo Cônsul e acompanhada com o baldaquim quer na entrada quer na saída.¹⁵ Poucos meses passados, a 29 de julho de 1900, a rainha foi marcada por outro luto inesperado, a morte violenta do irmão Umberto I. A colónia italiana expressou a sua dor e

¹² ANSL, Dos.4, fasc.1, doc.5

¹³ ANSL, Livros das Actas das Sessões da Junta IV, fls. 120-121

¹⁴ Idem, fls.136-137.

¹⁵ Idem, fl. 163.

condolências com uma missa em sufrágio da alma de Umberto I, a 9 de agosto: “la Chiesa tutta adobbata a nero con un grandioso catafalco al centro presentava un aspetto imponente. Alla mesta cerimonia accorse tutto il mondo ufficiale della diplomazia , Corpo Consolare, Municipi, R. Esercito”.¹⁶ Existia, nas relações entre D. Maria Pia e a comunidade italiana da Igreja do Loreto, uma certa sensibilidade e estima recíproca que se retira da documentação. Na memória redigida pela Junta acerca da noite da revolta de 3 a 4 de outubro que desembocou na implementação do Governo Provisório da República, algumas palavras da mesa do Loreto são dirigidas “all’Augusta Regina Maria Pia che tanto amava la sua terra adottiva questo Portogallo per il quale avrebbe dato volentieri la sua vita. Nella reggia di Napoli dove trova ora sicuro asilo giunga il saluto riverente della Giunta di questa colonia che tanto l’amò e ne conobbe le alte virtù.”¹⁷

A 5 de agosto de 1911 foi celebrada na igreja do Loreto uma solene missa fúnebre dedicada às duas princesas, filhas de Vittorio Emanuele II: Maria Clotilde e Maria Pia falecidas a distância de pouco tempo uma da outra: Maria Clotilde faleceu a 25 de junho no castelo de Moncalieri e Maria Pia a 5 de julho no Castelo de Stupinigi. Neste triste evento participaram numerosos os fiéis e o Corpo Diplomático em veste oficial sendo que a República ainda não estava reconhecida pelo principias estados europeus.¹⁸

Uma Rainha, D. Maria Pia de Saboia, que obrou para manter e fortalecer as relações entre Itália e Portugal, “a patria das letras e das artes, a patria dos grandes navegadores e dos grandes descobrimentos, tornam a apertar depois

¹⁶ Idem, fl. 167.

¹⁷ Idem, fl. 260.

¹⁸ Idem, fls. 273-274

de largos seculos os primeiros vinculos, que se uniram quasi ao sair do berço” (Castilho, 1862, p. 24).

Referências

Almeida, F. (1922). *Os Gatos – Publicação Mensal d’Inquerito á Vida Portugueza*. Vol. 1. Livraria Clássica Editora. Lisboa.

Alessandrini, N. (2016). L’archivio della Chiesa di Nostra Signora di Loreto della Nazione Italiana a Lisbona. In N. Alessandrini, S. Bastos Mateus, M. Russo, G. Sabatini, (Org.), *Scrigni della Memoria: Arquivos e Fundos Documentais para o estudo das Relações Luso-Italianas* (pp. 19-37). Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste”. Lisboa.

Alessandrini, N. (2015). Reti commerciali genovesi a Lisbona nel secolo XVII: elementi di commercio globale. *Storia Economica ESI Napoli* (2), 275-298.

Alessandrini, N. e Bartolomei, T. (2018). *Chiesa di Nostra Signora di Loreto 1518-2018. Una Chiesa Italiana in Terra Portoghese*. Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto. Lisboa.

Castilho, A. ... [et al.]. (1862). *Coroa poetica no consorcio de Suas Magestades fidelissimas o Senhor Rei D. Luiz e a Senhora Rainha D. Maria de Saboya*. Sociedade Typhografica Franco-Portugueza. Lisboa.

Filippi, S. (2014). *La Chiesa degli Italiani. Cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto. Lisboa.

Filippi, S. (2016). *Monsignor Prospero Peragallo – Una vita tra servizio alla Chiesa e amore del sapere*. Fábrica da Igreja da Nossa Senhora do Loreto. Lisboa.

Fontes, V. (2018). *Servidor de Reis e de Presidentes*. Museu da Presidência da República/Imprensa Nacional. Lisboa.

Lopes, M. (2013). *Rainhas que o povo Amou – Estefânia de Hohenzollern e Maria Pia de Sabóia*. Tema e Debates. Lisboa.

Louro, F. (1987). *Rainha D. Maria. Iconografia*. Palácio Nacional de Ajuda. Lisboa.

Rattazzi, M. (1997). *Portugal de relance*. Antígona. Lisboa.

Ravara, A. (1994). O Marquês Dom Pedro Francisco Ravara. Um genovês em Lisboa (1672-1717). *Anais. Série Histórica. Universidade Autónoma de Lisboa*, vol. I, 125-133.

Arquivo Histórico Nossa Senhora do Loreto (ANSL)

Livro das Actas das Sessões da Junta IV

Livro dos Casamentos

Róis dos Confessados 1862-1888

Dos.2, fasc.1

Dos.4, fasc.1

Masso 26, fasc. 9

Masso 27, fasc. 16

Masso 32, fasc.2

Benedetto Gnecco, *Relazione della differenza che passa fra due copie di statuti una dell'anno 1691, e l'altra dell'anno 1719, de quali mancano li originali essendo gli ultimi quelli co' quali pretende reggersi la Chiesa*

Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados

Caixa 28, maço 1, docs. 6-13